

## TURISMO COMUNITÁRIO: um caminhar para o desenvolvimento local

Celso Cardoso Gomes<sup>1</sup>

Doutorando em Geografia | Universidade de Brasília

[marmecel@gmail.com](mailto:marmecel@gmail.com)

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo analisar os desafios e possibilidades da atividade turística na perspectiva de contribuição para o desenvolvimento local, especialmente nos municípios de Tamandaré e Bonito, Pernambuco. O turismo tem sido alvo do discurso desenvolvimentista dos setores público e privado, cujo intuito é a inserção desta atividade em comunidades, municípios e regiões com o propósito de resolução dos problemas socioeconômicos, porém os resultados percebidos são principalmente de crescimento econômico, desta forma se distanciando da possibilidade de contribuir com o desenvolvimento local. Destarte, um dos caminhos para o enfrentamento do enfoque desenvolvimentista é o turismo comunitário, com base no planejamento e gestão. Para a análise, inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico, posteriormente observação de campo. As conclusões obtidas poderão subsidiar a compreensão das políticas públicas, particularmente no contexto do planejamento turismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** turismo comunitário; planejamento; desenvolvimento local; Tamandaré/PE; Bonito/PE.

### 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O turismo é uma das atividades econômicas que tem crescido aceleradamente no Brasil e no mundo, entretanto os resultados são principalmente dinamizadores de crescimento econômico, com isso propiciando a maximização de impactos econômicos, sociais e ecológicos, na maior parte dos casos de forma negativa, deste modo descaracterizando a possibilidade de propiciar o desenvolvimento local (GOMES, 2013).

O setor turístico tem contribuído para ascensão econômica e social de diferentes grupos humanos pelo mundo. O fluxo turístico internacional tem corroborado principalmente com a receita cambial (PIRES, 2011) permitindo avaliar que esta arrancada exponencial do turismo aconteceu, particularmente, a partir de 1999, apesar da retração econômica no mundo a partir de 2009 por conta da crise financeira internacional, com isso perfazendo um montante que atinge cerca de US\$ 919 bilhões, de acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT) de receita gerada pela

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-graduação de Geografia/UNB, Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFPE, Especialista no Ensino da Geografia e a Questão Ambiental – FUNESO/UNESF e graduado em Geografia – FFPNM/UPE.

atividade, no entanto como já destacado tem estimulado, especialmente o crescimento econômico, portanto a condição de beneficiar o desenvolvimento das localidades é superada pela lógica capitalista.

A atividade turística pode contribuir para mitigar as desigualdades sociais, acelerar o crescimento econômico e diminuir impactos ecológicos negativos, em virtude que o turismo é um fenômeno social e econômico, mas que também pode oportunizar benefícios ecológicos, contudo o modelo econômico vigente desencadeia centralização do capital, desigualdades sociais e acúmulo de capital.

O turismo na Região Nordeste do Brasil tem sido alvo do setor público e privado, cujo discurso é diminuir os problemas sociais e, particularmente, econômicos dos municípios envolvidos. Todavia a possibilidade de contribuição do turismo para o desenvolvimento local fica esquecida em detrimento a atender, apenas, a perspectiva econômica gerada pela atividade.

A partir do exposto o presente artigo tem por objetivo analisar os desafios e possibilidades da atividade turística na perspectiva de contribuição para o desenvolvimento local, tomando como referência os municípios de Bonito e Tamandaré, ambos localizados no Estado de Pernambuco. Os resultados desta pesquisa poderão subsidiar a compreensão dos desafios e possibilidade que o a atividade turística possui para promover o desenvolvimento local.

## 2. TURISMO COMUNITÁRIO, DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTABILIDADE

A Organização Mundial do Turismo - OMT (2003, p.18) conceitua turismo como “as atividades das pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu ambiente habitual por não mais de um ano consecutivo para lazer, negócios ou outros objetivos”, entretanto a atividade turística é complexa tal qual ressalta Coriolano (1998, p. 29), “O turismo é, pois, esta complexa atividade humana envolvendo um conjunto muito grande de relações, influências, motivações, desejos e representações”, destarte, é necessário visualizar o setor turístico de forma holística, isto é, considerando os aspectos sociais, econômicos e ecológicos, assim como dinamizando a participação dos atores sociais envolvidos, com isso possibilitando entender os problemas e virtudes condicionadas pela atividade.

Diante do pressuposto Silveira (1997, p. 87) contextualiza de forma abrangente e específica os aspectos direcionados ao fenômeno turístico que está

Classificado como a principal atividade econômica do mundo, superando até mesmo o petróleo em geração de divisas internacionais, o turismo tornou-se “objeto de desejo”. Para muitas regiões, essa atividade provoca impactos negativos no meio ambiente. São impactos que incidem tanto no meio natural (vegetação, rios, praias, mangues, montanhas, etc.), quanto no patrimônio histórico-cultural e modos de vida dos habitantes locais.

Considerando a definição de Silveira (1997, p. 95), fica evidente a importância da atividade turística, particularmente, no tocante ao crescimento econômico, sendo sobreposto os benefícios sociais e ecológicos, ou seja, se distanciando da possibilidade de melhoria das condições de vida da população envolvida em tal processo, por conseguinte, se percebe a complexidade do turismo.

Não se pode ocultar a complexidade da atividade turística, particularmente, por ser um fenômeno social, que caracteriza as dimensões econômica, social e ecológica. Segundo Beni (1998, p. 37) o turismo

é um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço. Nesse processo intervêm inúmeros fatores de realização pessoal e social, de natureza motivacional, econômica, cultural, ecológica e científica, que ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transporte e o alojamento, bem como o objetivo da viagem em si para fruição tanto material como subjetiva dos conteúdos de sonhos, desejos, de imaginação projetiva, de enriquecimento existencial histórico-humanístico, profissional, e de expansão de negócios. Esse consumo é feito por meio de roteiros interativos espontâneos ou dirigidos, compreendendo a compra de bens e serviços da oferta original e diferencial das atrações e dos equipamentos a ela agregados em mercados globais com produtos de qualidade e competitivos.

Segundo Beni (1998) o turismo é uma atividade complexa que precisa ser entendida de forma sistêmica considerando o contexto socioeconômico e ecológico, assim como os atores sociais envolvidos. Desde modo poderá maximizar efeitos negativos ou positivos, sendo assim oportuniza o dinamismo econômico, gerar benefícios sociais e ecológicos, no entanto sendo importante a participação social, o planejamento integrado e uma gestão democrática.

A partir do explicitado fica evidente que o turismo é uma atividade complexa que pode estimular o desenvolvimento, mas também tem contribuído para acumulação do capital contrariando as perspectivas de atividade mitigadora dos problemas socioeconômicos, no entanto se for constituída de maneira participativa e comunitária pode contrariar a perspectiva do discurso desenvolvimentista, segundo Coriolano (2005) o “turismo comunitário é uma estratégia de sobrevivência, e de entrada daqueles de menores condições econômicas na cadeia produtiva do turismo. Uma forma de turismo que pensa o lugar, a conservação ambiental e ressignifica a cultura”, pode assim reencantar o homem através da natureza (UNGER, 1991), colaborando com o desenvolvimento da localidade.

O turismo comunitário é segundo Coriolano (2003, p.14):

“[...] aquele desenvolvido pelos próprios moradores de um lugar que passam a ser articuladores e os construtores de cadeia produtiva, onde a renda e o lucro ficam na comunidade e contribuem para melhorar a qualidade de vida; leva todos a se sentirem capazes de contribuir, e organizar as estratégias do desenvolvimento do turismo”.

Sendo assim o turismo comunitário é norteado pela participação dos atores sociais locais em todas as fases do planejamento e aplicação da atividade turística, diferente do modelo de turismo de massa que é setorizado e abarcado pelo capital, de acordo com Coriolano (2006): “[...]”

jeito diferenciado de trabalhar com o turismo. Trata-se de um eixo do turismo centrado no trabalho de comunidades, de grupos solidários, ao invés do individualismo predominante no estilo econômico do eixo tradicional”.

O modelo adotado pelas grandes corporações do turismo e governos neoliberais tem como base a acumulação do capital e divisas, contribuindo para efeito inverso, isto é, potencializa efeitos econômicos e acentua os problemas sociais e ecológicos, descumprindo as promessas de geração de emprego e distribuição de renda, bem como melhoria da qualidade de vida (CORIOLANO, 2006), para minimizar este efeito contraditório uma das possibilidades é o caminhar através do turismo comunitário que rema através de um movimento contracultura do modelo hegemônico do capital, entendido como civilização do capital (CHESNAIS, 1996).

O desenvolvimento do turismo com base comunitária segundo Carvalho (2007, p. 5) destaca-se:

pela mobilização da comunidade na luta por seus direitos contra grandes empreendedores da indústria do turismo de massa que pretendem ocupar seu território ameaçando a qualidade de vida e as tradições da população local. Este modelo de turismo através do desenvolvimento comunitário é capaz de melhorar a renda e o bem-estar dos moradores, preservando os valores culturais e as belezas naturais da (sic!) de cada região.

Devido à complexidade evidenciada no contexto da atividade turística precisa, para não corroborar para maximização negativa de impactos econômicos, sociais e ecológicos, ser gerida de forma planejada e integrada através de um modelo de gestão ambiental que, conforme, Quintas (2006, p. 30) deve mediar

[...] interesses e conflitos (potenciais ou explícitos) entre atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído, objetivando garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme determina a Constituição Federal do Brasil.

A prática da gestão ambiental se encontra, conforme Coimbra (1999) condicionada à utilização de instrumentos como fiscalização, licenciamento, monitoramento e educação ambiental. Todavia, para o desenvolvimento de tais ferramentas torna-se preciso a instituição de instrumentos de ordenamento territorial que possibilitem, por sua vez, a correta manutenção e gerenciamento das questões pertinentes a gestão do território.

No que tange ao modelo de gestão adequada ao desenvolvimento do turismo, percebe-se que esta atividade precisa ser inserida conforme os princípios básicos da gestão ambiental, ou seja, a prevenção, responsabilidade e cooperação (SOBRAL, 2011). Com isso, se possibilita administrar os conflitos existentes, propiciar o desenvolvimento e não apenas o crescimento econômico, segundo Furtado (1983, p. 90) o conceito

[...] de desenvolvimento compreende a idéia de crescimento, superando-a. Com efeito: ele se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa. Essa complexidade estrutural não é uma questão de nível tecnológico. Na verdade, ela traduz a diversidade das formas sociais e econômicas engendrada pela divisão do

trabalho social. [...]. O conceito de crescimento deve ser reservado para exprimir a expansão da produção real no quadro de um subconjunto econômico. Esse crescimento não implica, necessariamente, modificações nas funções de produção, isto é, na forma em que se combinam os fatores no setor produtivo em questão.

Portanto considera o conceito de desenvolvimento com um duplo sentido. O primeiro sentido conduz à ascensão de um sistema social de produção na medida em que este, mediante a acumulação e progresso das técnicas, vem tornando-se mais eficaz com isso elevando a produtividade do conjunto de sua força de trabalho (FURTADO 1980). No segundo sentido nota-se que o autor enfatiza o interesse de melhorias para a satisfação das necessidades humanas (NEDEL, 2007). Nesta contextualização, isto é, com foco no turismo, o crescimento econômico pode não ter capacidade de subsidiar o desenvolvimento, provocando, especialmente, a acumulação de capital sem distribuição, bem como diminuição da qualidade de vida. De acordo com Sen (2000, p. 29) o desenvolvimento corroborando para a qualidade de vida e cidadania

[...] o crescimento econômico não pode ser considerado um fim em si mesmo. O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo.

Percebem-se contradições no conceito de crescimento econômico e desenvolvimento, desta forma se tem como base o conceito de desenvolvimento local, segundo Buarque (1998, p. 09) “é um processo endógeno registrado em pequenas localidades territoriais, com agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população”, deste modo o turismo comunitário se enquadra como potencial para evitar os efeitos negativos no processo de desenvolvimento.

Segundo Endlich (2007, p. 11) “O desenvolvimento local é uma resposta à reestruturação produtiva que situa o desenvolvimento desigual num contexto de regiões ganhadoras e regiões perdedoras”, destacando também que o desenvolvimento deve estar pautado numa transformação consciente da experiência local, ou seja, preocupando-se com o presente, bem como com as gerações futuras (MILANI, 2005).

Existem diversas interpretações a respeito do conceito de desenvolvimento, todavia Buarque (2001, p. 13) e Hanai (2012, p. 210) percebe o desenvolvimento local como

um processo endógeno de mudança e, para ser consistente e sustentável, deve levar ao dinamismo e à viabilidade econômica, mobilizando e explorando as potencialidades locais e contribuindo para elevar as oportunidades sociais e, ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são as bases de suas potencialidades.

Esta visão de mundo também é externada por Buarque (2004) quando o mesmo contextualiza o desenvolvimento local sustentável, particularmente, como um processo de

transformação social com vistas a “[...] elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações”.

Outra percepção bastante interessante é a de Jesus (2006, p. 27) que inclui, principalmente, como fator responsável do desenvolvimento, a força local, isto é, a gestão participativa local com a mobilização dos atores sociais, bem como das instituições presentes neste lugar provoca a transformação socioeconômica local, tal qual mencionado pelo autor: Pode-se dizer que está perante uma iniciativa ou um processo de desenvolvimento local quando se constata a utilização de recursos e valores locais sob o controle de instituições e de pessoas do local, resultando em benefícios para as pessoas e para a localidade. (JESUS, 2006, p. 27).

Destarte, a pesquisa tem como base os conceitos de Hanai e Buarque (*idem*), uma vez que engloba a conjuntura econômica, social e ecológica, preconizando assim um processo pautado na sustentabilidade.

A definição do termo sustentabilidade origina-se da inter-relação entre justiça social, melhoria da qualidade de vida e equilíbrio ecológico, bem como rompe com os atuais padrões de desenvolvimento para um dado grupo (JACOBI, 1997; CAVALCANTI, 2003). Entretanto, as percepções de sustentabilidade possuem contradições, visto que ocorre um paradoxo da sustentabilidade ecológica versus a sustentabilidade social (FOLADORI, 2005), com isso se tornando dicotômico com o atual modelo de produção capitalista, pois conduz a acumulação de capital, individualismo e aumento de consumo, sendo desta forma não direcionada à justiça social proposta por Jacobi (1997).

Portanto, a sustentabilidade é um processo complexo e audacioso, motivado por questões políticas que compreende características ecológica, econômica e social, na perspectiva de constituir uma sociedade sustentável, ou seja, do equilíbrio entre as bases da sustentabilidade (SPANGENBERG e BONNIOT, 1998; HANAI, 2012). Diversos autores explicam a sustentabilidade a partir de concepções e dimensões variadas, particularmente, de um processo sistêmico de integração ecológica, econômica, social, política, demográfica, cultural, espacial, institucional e tecnológica, em nível internacional, nacional, regional, bem como da comunidade local (BOSSSEL, 1999; BIDONE e MORALES, 2004; CHOI e SIRAKAYA, 2006; HANAI, 2012).

### 3. ANÁLISE DOS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO TURISMO

Apesar da importância do turismo para comunidades, municípios e regiões é perceptível que este setor da economia pode contribuir ainda mais de maneira sustentável caso haja o planejamento devido, logo possibilitando o desenvolvimento que segundo Schumpeter (1961,

p.89) é “[...] apenas aquelas transformações da vida econômica que não lhe sejam impostas de fora para dentro e sim que surjam, por iniciativa própria, no âmbito interno”, com isso podendo valorizar o patrimônio natural e cultural, por conseguinte possibilitar a ascensão da economia local mitigando assim as desigualdades sociais e possíveis impactos ambientais existentes na área em questão, além de ser possível trilhar o desenvolvimento endógeno, segundo Amaral Filho (1995, p. 602)

Sem dúvida alguma o segmento turismo é a opção que mais se aproxima do paradigma do desenvolvimento endógeno sustentado na medida em que consegue conjugar vários elementos importantes para o desenvolvimento local regional(i) forças sócio-econômicas, institucionais e culturais locais, (ii) grande número de pequenas e médias empresas locais, ramificadas por diversos setores e sub-setores, (iii) flexibilização, (iv) alto grau de multiplicação da renda local, (v) indústria limpa, (vi) globalização da economia local, através do fluxo de valores e informações nacionais e estrangeiros, sem que essa globalização crie um efeito “trade-off” em relação ao crescimento da economia local.

A atividade turística tem proporcionado na maior parte dos casos crescimento econômico, segundo Sachs (2004, p.13) “é uma condição necessária, mais de forma alguma é suficiente [...] para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos”, todavia ocorre distinção entre o conceito de desenvolvimento e crescimento, tornando-se mais notório no período pós-guerra (BOISIER, 2001; SACHS, 2004), evidenciado na citação do britânico Dudley Seers comentado por Boisier (2001, p. 3)

Seers, fuertemente inspirado en el pensamiento de Gandhi, sostiene que debemos preguntarnos a nosotros mismos acerca de las condiciones necesarias para la realización del potencial de la personalidad humana, algo comúnmente aceptado como objetivo. A partir de esta pregunta Seers apunta a la alimentación, como una necesidad absoluta (inmediatamente traducida a pobreza y a nivel de ingreso). Uma segunda condición básica para el desarrollo personal es el empleo y la tercera, es la igualdad entendida como equidad, aquí por tanto ya se introduce un elemento subjetivo e intangible puesto que el concepto de equidad tiene tales dimensiones[...].

A condição humana passa a ser alvo da distinção do conceito de crescimento desenvolvimento tal qual proposto por Neef, Elizalde e Hopenhayn (1986) *apud* Boisier (2001, p. 5) momento que condicionam uma nova direção para o conceito de desenvolvimento, partindo do pressuposto que o indivíduo é mais importante nesse contexto, denominado “Desarrollo a Escala Humana”, caracterizado na seguinte explicação

Desarrollo [el desarrollo a escala humana] se concentra y sustenta en la satisfacción de las necesidades humanas fundamentales, en la generación de niveles crecientes de autodependencia y en la articulación orgánica de los seres humanos con la naturaleza y la tecnología, de los procesos globales con los comportamientos locales, de lo personal con lo social, de la planificación con la autonomía y de la Sociedad Civil con el Estado.

No desenrolar da atividade turística ocorrem impactos que podem beneficiar a população da localidade receptora, mas também podem acarretar problemas para as comunidades envolvidas, ou seja, possíveis impactos ambientais negativos para a paisagem turística, diante do

explicitado é necessário fazer um planejamento cauteloso, que coordene as ações do homem sobre o meio ambiente, tenha por base a sustentabilidade e esteja pautado no turismo sustentável que de acordo com Seabra (2000, p. 67)

é uma forma de lazer fundamentada na auto-determinação e valorização das populações nativas e no respeito ao meio ambiente, baseado nos seguintes princípios: (a) preservação e conservação do patrimônio natural; (b) valorização do patrimônio histórico e cultural; (c) Desenvolvimento econômico com equidade social; (d) Incentivo aos micros e pequenos negócios e (e) incentivo ao associativismo e ao cooperativismo.

De modo que as ações deverão instrumentalizar de forma adequada as construções dos equipamentos e adequação dos serviços, minorando assim, os efeitos negativos e maximizando os benefícios proporcionados pelo turismo.

O planejamento do turismo requer estudos detalhados, sendo a informação uma ferramenta essencial para se realizar os procedimentos e buscar investimentos para o desenvolvimento da atividade. Para a implantação de alguma ação, é necessária uma análise das condições turísticas da localidade, levantando dados informativos e diagnosticando as reais condições para se desenvolver o turismo. O primeiro passo poderá ser o levantamento do potencial turístico da localidade, o inventário da oferta turística e verificar as condições de realização da atividade turística.

Quando se refere ao turismo atrelado ao meio ambiente logo se depara com Faria e Carneiro (2001, p. 70) “A relação do turismo com o meio ambiente dá-se principalmente por meio da paisagem, transformada em produto a ser consumido”, todavia é necessário que se tenha o devido cuidado, porquanto “um segmento que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas” (NEIMAN; RABINOVICI 2002, p. 154). Citado também por Costa (2002, p.179) onde diz que o “ecoturismo poderá contribuir para a conservação da natureza de modo eficaz e gratificante, ainda mais se estiver amparado em certificações ecológicas das empresas envolvidas, mas para tanto, deve haver participação efetiva da sociedade e formação de profissionais qualificados”.

É importante frisar que o turismo transforma espaços, não é diferente no Nordeste brasileiro, bem como citado por Rodrigues (1990, p. 56) ao se referir a essa dinâmica afirma que o turismo, enquanto consumidora de espaço, “[...] caracteriza-se pelo uso efêmero do território num processo contínuo de desterritorialização e reterritorialização”.

Na perspectiva que a atividade turística é fruto da cultura, assim como a cultura é objeto do turismo, desta forma o projeto turístico social desencadeará uma maior participação dos atores sociais, com isso condicionará a formação de administradores locais que possibilitaram a valorização da identidade cultural, a preservação e conservação ecológica e maximizará os efeitos positivos da atividade turística, propiciando o equilíbrio econômico, social e ecológico, isto é, a

sustentabilidade, todavia o processo deve estar contido nas políticas públicas para o planejamento do turismo regional e local (SEABRA; SILVA, 2010, p. 13).

A abordagem enfatizada por Silva (2010, p. 130) retrata o desenvolvimento do país pautado através da promoção de políticas públicas que acarretem o direcionamento para o turismo sustentável, portanto, socializando e beneficiando as comunidades tradicionais, contudo que esta população esteja envolvida em todas as etapas.

O grande desafio para gerir a atividade turística é integrar as esferas pública, privada e as instituições/associações/organizações não-governamentais, assim como fazer uso de um modelo participativo e de certa forma o abandono do modelo empregado pelas grandes corporações do turismo, bem como o respeito à identidade cultural. Já em relação às possibilidades se pode dizer que a prática do turismo comunitário através de um planejamento participativo e o envolvimento da comunidade local, caminhando desta forma no sentido contrário ao da civilização do capital (CHENAIS, 1997), possibilitará que o turismo esteja centrado na sustentabilidade e corrobore com o desenvolvimento local.

#### 4. GESTÃO AMBIENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

A atividade turística precisa esta pautada na sustentabilidade, desta forma poderá ocasionar contribuições para o desenvolvimento local, porém para que ocorra é preciso construir estratégias para o planejamento do turismo, particularmente, com base local, modelo que é um movimento contracultura hegemônica do capital e permite a participação dos atores sociais, contudo o poder público precisa gerir o conflito entre os atores locais de forma participativa.

Diante do mencionado a gestão ambiental tem que ser participativa para não se tornar excludente, especialmente quando se trata de planejar a atividade turística, uma vez que as especificidades locais precisam ser incessantemente estudadas para não ocasionar consequências danosas aos atores sociais, desta forma o governo brasileiro através do Decreto 7.381/2010, de 02 de dezembro de 2010, regulamentou a Lei nº 11.771/2008, 17 setembro de 2008, que trata da Política Nacional de Turismo

define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, dispõe sobre o Plano Nacional de Turismo - PNT, institui o Sistema Nacional de Turismo, o Comitê Interministerial de Facilitação Turística, dispõe sobre o fomento de atividades turísticas com suporte financeiro do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR, o cadastramento, classificação e fiscalização dos Prestadores de Serviços Turísticos e estabelece as normas gerais de aplicação das sanções administrativas. (BRASIL, 2010, DECRETO 7.381/2010, art. 1º)

Esta política busca o desenvolvimento social e econômico da área envolvida, atuando inclusive de maneira descentralizada, propondo um elo entre as esferas governamentais, bem como a iniciativa privada e a sociedade, para isso o Plano Nacional de Turismo vem

implementando ações para a regionalização do turismo, contudo ainda existe uma setorização do turismo, basicamente ligado ao sol e praia.

Em se tratando das políticas promovidas pelo Ministério do Turismo se pode destacar o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo Regional (PRODETUR/NE) que tem por objetivo criar mecanismos para o desenvolvimento do turismo no âmbito regional. O PRODETUR/NE resultou da parceria do Governo Federal com a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a Comissão de Turismo Integrado do Nordeste (CTI/NE), Municípios e Organismos Internacionais, assim como a iniciativa privada.

O PRODETUR/NE já está na sua segunda fase, na qual busca a consolidação, bem como complementação e inovação para organização da atividade turística diante do que foi realizado na primeira fase. Uma das particularidades do PRODETUR/NE II é a implementação de ações voltadas para o turismo sustentável, com isso gerando melhoria da qualidade de vida, todavia ainda ocorre uma centralização na área litorânea, assim como a gestão do turismo acontece de forma inadequada, pois os instrumentos deste processo são deficientes, principalmente em municípios fora dos polos setorizados pelo programa que pouco desfrutam dos recursos ou mesmo não recebem, com isso comprometendo a gestão turística.

Este conjunto de normas e programas procura estabelecer um padrão para o desenvolvimento do turismo no Brasil, porém como já foi mencionado a participação ativa da população local é imprescindível, pois estará em jogo o espaço geográfico dessa comunidade, conseqüentemente sendo os principais responsáveis pelas decisões que poderão acarretar mudanças significativas.

É importante mensurar que o turismo comunitário é bastante salutar para diminuir as desigualdades sociais, podendo também contribuir ainda mais para ascensão econômica, todavia a prática do mesmo precisa envolver as questões ambientais como sendo de alta relevância para que este destino turístico possa manter-se sustentável, oportunizando assim a possibilidade das gerações futuras também poderem desfrutar desses destinos turísticos.

## **5. ATIVIDADE TURÍSTICA NOS MUNICÍPIOS DE TAMANDARÉ E BONITO, PERNAMBUCO**

O município de Tamandaré/PE apresenta uma estrutura para a gestão turística, ou seja, promove uma política de gestão ambiental e turística através do ordenamento, com isso possibilitando a integração desse modelo organizacional. Todavia, é importante repensar se a atividade turística tem sido gerida de maneira sustentável, de forma a contribuir com o desenvolvimento local, pois o processo de gestão ambiental direcionada ao turismo no município de Tamandaré tem acontecido de forma desarticulada, centralizada e a participação dos atores

sociais não tem sido efetiva, dinâmica e transparente, podendo, conseqüentemente, acarretar impactos sociais, econômicos e ecológicos, de forma negativa.

O aumento do fluxo turístico na última década tem acarretado uma expansão urbana caracterizada por uma deficiente estrutura de saneamento, sobretudo, nas áreas cuja população apresenta um menor rendimento mensal. Segundo o IBGE (2010) o número de domicílios particulares permanentes com saneamento semi-adequado e inadequado ultrapassava os 83%. Uma das sequelas deste processo é o aumento do lixo depositado a céu aberto que expõe a população a sérios riscos no que tange a proliferação de vetores como ratos e baratas. Além disso, existem perigos eminentes como a contaminação do ar e do solo pelos componentes liberados a partir decomposição dos resíduos depositados em local indevido.

O turismo é uma atividade que pode contribuir para dinamizar a economia local, caso seja planejado de forma integrada e articulada a Política Nacional de Turismo, podendo minorar as desigualdades sociais em nível regional, assim como proporcionar uma valorização, neste caso, da Região Nordeste, do litoral pernambucano e, principalmente, do contexto local, possibilitando a sustentabilidade ambiental.

Ficou constatada no âmbito municipal a existência da estrutura básica de gestão ambiental, tal como Secretaria de Meio Ambiente, Fundo Municipal de Meio Ambiente, Conselho Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente, além da presença do Instituto Chico Mendes (ICMBIO), assim como da Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Fornecendo suporte ao processo de gestão do turismo no município e apresenta na sua estrutura política a Secretaria de Turismo integrada a Cultura, Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e o Fundo Municipal de Turismo, bem como é beneficiada pelos recursos do Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste (PRODETUR), além de possuir Plano Diretor com a finalidade de integrar esse modelo organizacional.

Esta estrutura tem proporcionado o desenvolvimento do turismo de forma não planejada e sem integração, possibilitando a maximização dos efeitos negativos relacionados ao social, ecológico e econômico, principalmente pela deficiente participação dos atores sociais, pois não tem sido efetiva, dinâmica e transparente, conseqüentemente acarretando problemas ecológicos, sociais e econômicos. Neste enfoque Ruschmann (1997; 2012) menciona a necessidade de verificar os riscos da atividade turística, pois poderá promover apenas relações econômicas, onde as manifestações culturais e ambientais, ou seja, o desenvolvimento humano será, de certa forma, desprezado em função do crescimento econômico, com isso propiciando apenas crescimento econômico e não o denominado de desenvolvimento local

A atividade turística deve ser verificada como estimuladora da construção e reprodução de manifestações de alteridade da identidade local e não apenas como um bem de consumo do visitante, com isso propiciará o fortalecimento das próprias raízes e representará fonte de

atratividade (BONFIM, 2007), todavia essa construção pouco tem acontecido no município de Tamandaré.

A gestão pública no âmbito de Tamandaré/PE está desestruturada em virtude de não possuir sistema de informações, equipamentos, perfil de demanda, fluxo de turistas, estudo de capacidade de carga, atores sociais preparados, entre outros aspectos. Torna-se uma contradição devido à existência de toda uma estrutura institucional ligada a gestão ambiental e turística do município, todavia na prática não consegue um modelo de atuação dinâmico e eficaz.

O grande desafio para Tamandaré/PE é conseguir articular os projetos e programas municipais nas esferas estadual e federal, assim como os atores locais, sociedade civil, organizações não-governamentais e setor privado para, participarem ativamente de processo de planejamento e gestão em torno do Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Tamandaré. Nesta perspectiva as potencialidades locais seriam ampliadas. Cumpre destacar que Tamandaré possui uma beleza cênica interessante, mais 140 km<sup>2</sup> de áreas de proteção ambiental (LIMA, 2006), estrutura viária e infraestrutura hoteleira.

No contexto institucional, possui Secretaria de Meio Ambiente, Fundo Municipal de Meio Ambiente, Conselho Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente, além da presença do Instituto Chico Mendes (ICMBIO), assim como da Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e ainda, para dar suporte ao processo de gestão turística, o município apresenta na sua estrutura a Secretaria de Turismo, Cultura, Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e o Fundo Municipal de Turismo, podendo possibilitar ações pautadas na sustentabilidade ambiental, com isso contribuir com o turismo e o desenvolvimento local. Ressalta-se, porém, que a participação social se configura como imprescindível a este processo, em virtude que atualmente têm ocorrido desvairadamente um crescimento econômico, provocando problemas sociais, econômicos e ecológicos.

No transcorrer da pesquisa foi realizado o levantamento bibliográfico sobre a área em questão, buscando compreender de forma minuciosa os aspectos naturais, sociais e culturais da localidade, além de entender como a atividade turística é realizada no município de Bonito/PE.

Logo em seguida foi realizada a observação de campo que possibilitou a identificação da paisagem local, tanto de maneira contemplativa, como através da obtenção de imagens da região por meio de máquina fotográfica digital, em seguida se fez a análise da paisagem, além de poder verificar as potencialidades turísticas do município em questão, sendo auxiliado pela bibliografia previamente consultada, porém também pela cultura popular (entrevista) e a própria averiguação da paisagem. Este objetivo da inquirição corroborou para uma visualização breve de várias localidades turísticas e de potencialidades turísticas, como por exemplo, cachoeiras, balneários, engenhos, museus, a cultura popular, os causos, entre outros, todavia os mesmo precisam ser adequados para a devida utilização.

Uma vez identificadas as potencialidades turísticas se pôde classificar a paisagem, vislumbrando que a mesma é recheada de aspectos culturais devido, particularmente, a influência histórica do sebastianismo, bem como do modelo rudimentar encontrado em cidades interioranas, diante disso podendo verificar os impactos socioeconômicos e ambientais da atividade turística já existente.

É perceptível que as potencialidades turísticas da região podem e devem ser utilizadas no intuito do desenvolvimento local sustentável, pois farão com que o município possa desenvolver de forma mais equitativa.

Realizada a identificação e classificação da atividade turística já existente, foi iniciada a avaliação dos equipamentos, serviços e infraestrutura local, logo ficou percebido que a área em questão possui uma boa disponibilidade de hospedagem, dentre elas, pousadas, hotéis, pensionatos, entre outros.

Em relação a infraestrutura local fica um pouco a desejar, em virtude de não oferecer locais para compra do artesanato local, bem como espaços destinados para apresentações culturais com artistas locais ou regionais. Já em se tratando de serviços médicos, bancários, segurança e turísticos, a cidade apresenta esta estrutura, contudo de forma deficitária, necessitando ampliação dos serviços públicos, principalmente, relacionados à orientação turística através de placas informativas, receptivos, divulgação nos mais diversos meios de comunicação.

O município de Bonito/PE já possui a atividade turística envolvida no seu dia-a-dia, entretanto de maneira desarticulada entre o social e o ambiental, ou seja, as localidades turísticas são na maior parte propriedades privadas utilizadas sem serem preparadas para receber o ecoturista de forma adequada, visto que não existe um trabalho de identificação das localidades, bem como de melhorias das mesmas.

As propriedades são particulares com isso provocando que a prefeitura deste município não consegue gerar essa integração entre a sociedade e o meio ambiente, já que os donos dessas áreas trabalham da forma que acham melhor, muitas vezes gerando impactos ambientais visíveis, visto como constroem trilhas inadequadas, permitem um número de visitas maior que a capacidade de carga, não se tem um trabalho de educação ambiental permanente.

Os fatores mensurados só fazem crer que a atividade pode gerar valorização local do social, ambiental e econômico, no entanto, é preciso urgentemente articular, interagir e integrar os roteiros turísticos da área, para isso utilizando um planejamento baseado no turismo de base local, onde os órgãos governamentais entrariam como mediadores e financiadores do desenvolvimento local sustentável.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo tinha como objetivo central analisar os desafios e possibilidades da atividade turística na perspectiva de contribuição para o desenvolvimento local, sendo utilizado para comprovação empírica os municípios de Tamandaré e Bonito, fato alcançado de maneira superficial devido ao pouco tempo de aprofundamento dos dados e de observação de campo, no entanto foram evidenciados pontos de significativa importância para o setor turístico, como a existência de uma estrutura institucional, de embasamento legal, assim como de gestão turística e ambiental, além de áreas legalmente protegidas, boa infraestrutura viária e hoteleira, com isso podendo possibilitar contribuições para o desenvolvimento local.

A região Nordeste notadamente possui uma predisposição para atividade turística, pois seu litoral é vasto e possui beleza cênica significativa que propiciam o desenvolvimento do setor, apesar disso tem havido, especialmente crescimento econômico, distanciado dos princípios da sustentabilidade, conseqüentemente promovendo na maior parte dos casos a maximização dos impactos econômicos, sociais e ecológicos, de maneira negativa, condicionado pela falta de infraestrutura básica, assim como de planejamento do turismo.

A realidade apresentada não é diferente no Litoral Sul do Estado de Pernambuco, especialmente no município de Tamandaré, pois a uma ênfase ao turismo de Sol e Praia, no entanto os planos e programas não respeitam as especificidades locais, com isso provocam problemas, enquanto poderia ser minimizador destes, assim como dinamizador da economia local, gerador de benefícios sociais e ecológicos, conseqüentemente o desenvolvimento local.

O município de Tamandaré apresenta possibilidades para o desenvolvimento local através de contribuições do turismo, uma vez que o município já possui estrutura de gestão ambiental e turística, desta forma a participação social é de grande importância para decidir sobre o desenvolvimento da atividade, todavia o que tem ocorrido são decisões centralizadoras, desintegradas da esfera estadual e federal, assim como indução da população local a perda da identidade local, já que os pescadores, agricultores e outros deixam suas atividades para servirem ao trade turístico, conseqüentemente se distanciando dos preceitos do desenvolvimento local.

Diante da contextualização geral da pesquisa se percebe que o município de Bonito-PE pode utilizar a atividade turística de maneira salutar para diminuir os problemas socioambientais, bem como econômicos, além de contribuir com o desenvolvimento cultural e local.

As políticas públicas no município de Bonito são ínfimas para o desenvolvimento da mesma, visto que a oferta hoteleira deixa a desejar, o receptivo aos turistas também, além de as cachoeiras que são o principal foco pertencem a proprietários privados, utilizando da maneira como é conveniente para os mesmos, com isso provocando impactos ambientais diversos pelo excesso de visitas, bem como pela falta de instrução para o devido desenvolvimento da atividade. Desta forma precisando haver um trabalho de educação ambiental permanente

Os resultados desta pesquisa podem subsidiar a compreensão das possibilidades e desafios da atividade turística com foco ao desenvolvimento local, principalmente com destaque ao turismo comunitário que é estimulador de um caminhar diferente do modelo vigente das grandes corporações do turismo no Brasil, principalmente na Região Nordeste, destarte contribuindo para que a complexa atividade turística gere efeitos positivos nas dimensões econômica, social e ecológica.

## REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, Jair. (1996). **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. In: Planejamento e políticas públicas.** Brasília, IPEA, n. 14.

BENI, Mário. **Análise estrutural do turismo.** São Paulo: Senac, 1998.

BIDONE, E.D.; MORALES, P.R.D. **Desenvolvimento sustentável e engenharia.** Rio de Janeiro: Fundação Ricardo Franco, 2004. 260p.

BOISIER, Sergio. **El desarrollo territorial a partir de la construccion de capital sinergetico.** Redes, v. 4, n, 1, p. 61-78, 1999a.

BOMFIM, Luiz Carlos Elias. **O turismo como alternativa de desenvolvimento local no município de Presidente Epitácio:** representações sociais e culturais de identidade local. 2007. 102 f. Dissertação (Mestrado) - Curso do Programa em Pós-graduação em Desenvolvimento Local, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2007.

BOSSSEL, H. **Indicators for sustainable development: theory, methods, applications: a report to Balaton Group. International Institute for Sustainable Development.** Winnipeg, Manitoba, Canada, IISD, 1999.124p.

BRAGA, Ricardo. **Instrumentos para a gestão ambiental e de recursos hídricos.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tamandaré: Síntese das informações. Sinopse do Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=pe>>. Acesso em: 10 jun. 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente/Embratur/IEB. **Política Nacional de Turismo.** Brasília: Embratur, 2000.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável.** Brasília, 1998.

BUARQUE, S.C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 180 p.

CARNEIRO, Kátia Saraiva; FARIA, Dóris Santos. **Sustentabilidade ecológica no turismo.** Brasília: ed. UnB, 2001.

CARVALHO, Vininha. F. (2007). **O Turismo Comunitário como instrumento de desenvolvimento sustentável.** Disponível em: <http://www.revistaecotur.com.br/novo/home/default.asp?tipo=noticia&id=1759>. Acesso em: 10 mai 2012.

CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável.** São Paulo: editora Cortez, Recife: FUNDAJ, 1997.

CHOI, H.C.; SIRAKAYA, E. **Sustainability indicators for managing community tourism.** Tourism Management, Elsevier, London, v.27, p.1274-1289, dec. 2006.

CORIOLOANO, L. N. M.; LIMA, L. C. **Turismo comunitário e responsabilidades socioambiental.** Ceará: EDUECE, 2003.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. **Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios.** In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 57., 2005, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** São Paulo: SBPC/UECE, 2005. Disponível em: [http://www.sbpcnet.org.br/livro/57ra/programas/CONF\\_SIMP/textos/luzianeidecoriolano-turismo.htm](http://www.sbpcnet.org.br/livro/57ra/programas/CONF_SIMP/textos/luzianeidecoriolano-turismo.htm). Acesso em 09.05.2012.

CORIOLOANO, Luzia Neide M.T. (2006). **Reflexões sobre o Turismo Comunitário.** Disponível em: <http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?idconteudo=11164>. Acesso em: 10 mai 2012.

COSTA, Paula Chamy Pereira da. **Reflexões finais: a real contribuição do ecoturismo para a natureza.** In: NEIMAN, Zysman (Org). Meio ambiente, educação ambiental e ecoturismo. São Paulo: Manole, 2002.

COUTINHO, S. F. S.; SELVA, V. S. F. **Turismo e desenvolvimento local.** Fortaleza: Semace, 2005. Coleção Compartilhar para Conviver.

ENDLICH, A. M. **Novos referenciais de desenvolvimento e planejamento territorial: possibilidades para as pequenas cidades?** In: **Revista REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 5-35, mai./ago. 2007. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/257/201>. Acesso em 06.07.2011.

FALCÓN, Maria Lúcia de Oliveira; HANSEN, Dean Lee & BARRETO JÚNIOR, Edison. **Cenários de Desenvolvimento Local: estudos exploratórios.** Aracaju: Secretaria Municipal de Planejamento, 2003.

FOLADORI, Guillermo. **Avances y limites de la sustentabilidad social.** In: \_\_\_\_\_. **Por Uma sustentabilidad alternativa.** Uruguay: rel-uita, 2005. p. 64-76

FREITA, Mário. **A década de educação para o desenvolvimento sustentável – do que não deve ser ao que pode ser.** In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 5, 2007, Joinville. **Anais...** Joinville: Associação Projeto Roda Viva, 2007.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico.** 8ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1983.

FURTADO, Celso. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar.** São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

GOMES, Celso C. **Turismo e desenvolvimento local: desafios e possibilidades para o município de Tamandaré-PE.** 2013. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em

Desenvolvimento e Meio Ambiente, Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Cap. 5.

GOMES, Celso. C.; ARAGÃO, João Paulo G.; SELVA, Vanice S. F. **Reflexões sobre a dinâmica do turismo na área costeira nordestina**. IN: Terra: [livro eletrônico]: Qualidade de Vida, Mobilidade e Segurança nas Cidades/Giovanni Seabra (organizador). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2013. ISBN 978-85-237-0630-2

GOMES, Celso C. **Conexões e desconexões da atividade turística em municípios da Microrregião do Brejo Pernambucano**. IN: Terra: Agricultura Familiar, Natureza e Segurança Alimentar /Giovanni Seabra (org.). Ituiutaba: Editora Barlavento, 2014. ISBN 85-68066-05-4

GOMES, Celso C. **Destinos e roteiros turísticos comunitário no Nordeste: desafios e possibilidades**. IN: Turismo Sertanejo: Patrimônio Cultural e Realidade Social em Comunidades/ /Giovanni de Farias Seabra e Anderson Pereira Portuguez (organizador). Ituiutaba: Editora Barlavento, 2014. ISBN 978-85-68066-01-0

HANAI, Frederico Yuri. **Desenvolvimento Sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas**. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (G&DR)**, Taubaté-SP, v.8, n. 1, p.198-231, jan-abr/2012. Disponível em: <<http://www.rbhdr.net/revista/index.php/rbhdr/index>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

JACOBI, P. **Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão**. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1997.

JESUS, Paulo de. Sobre o desenvolvimento local sustentável: algumas considerações conceituais e suas implicações em projetos de pesquisa. In: PEDROSA, Ivo; MACIEL FILHO, Adalberto do Rego; ASSUNÇÃO, Luiz Márcio de Oliveira (Orgs.). **Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável**. Recife: Edupe, 2006, p. 17-37.

LIMA, Clarisse Vasconcelos Fraga de Melo. **Urbanização turística no Litoral Sul de Pernambuco: o caso do município de Tamandaré**. 2006. 157 f. Dissertação (Mestre) - Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2006.

MILANI, Carlos. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)**. In: **Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia**. Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS). 2005.

NEDEL, Fabio Germano. **Meio ambiente e desenvolvimento: a sustentabilidade da suinocultura no município de São Pedro do Butiá-RS**. 2007. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Em Desenvolvimento, Unijuí - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2007.

NEIMAN, Z; RABINOVICI. **O cerrado como instrumento para educação ambiental em atividades de ecoturismo**. In: NEIMAN, Zysman (Org.). **Meio ambiente, educação ambiental e ecoturismo**. São Paulo: Manole, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Trad. Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PIRES, Jeanine. **América do Sul tem o maior crescimento do turismo mundial em 2011.** Disponível em: <<http://jeaninepires.blogspot.com.br/2012/01/america-do-sul-tem-o-maior-crescimento.html>>. Acesso em: 09 abr. 2012.

PRODETUR-PDITS **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS. 2007.**

QUINTAS, J. S. **Introdução à Gestão Ambiental Pública.** IBAMA. 2º edição. Brasília. 2006.

RIBEIRO, Gleiciane. **Turismo de base comunitária.** *Revista Global Tourism – Turismo de Base Comunitária*, v.4, n. 2, p.198-231, Novembro de 2008. ISSN: 1808-558X Disponível em: <[http://www.periodicodeturismo.com.br/site/artigo/viewArtigo.php?codigo=96&titulo=TURISMO COMUNITARIO](http://www.periodicodeturismo.com.br/site/artigo/viewArtigo.php?codigo=96&titulo=TURISMO_COMUNITARIO)>. Acesso em: 10 abr. 2012.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo desenvolvimento local.** 2ª ed., São Paulo: Hucitec, 1999.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.** 5ª ed., Campinas: Papyrus, 1999.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SEABRA, G. de F. **Planejamento e gestão do eco-turismo nos espaços protegidos.** *Revista Espaço e Geografia: Espaço, turismo e desenvolvimento.* 2. ed. v.3, n. 1. Brasília: UnB, jan. / jun. 2000.

SELVA, V. S. F.; COUTINHO, S. F. S. **Conservação das paisagens para uso turístico: desafios para a gestão ambiental municipal.** In: Anais do X Encontro Nacional de Turismo com Base Local. João Pessoa: UFPB. 2007

SILVA, Christian Luiz da. **Proposta de um modelo de monitoramento e avaliação do desenvolvimento sustentável.** In: SILVA, Christian Luiz da (Org.). **Desenvolvimento sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo.** Petrópolis - RJ: Vozes, 2006.

SILVA, José Nilton. SEABRA, Giovanni de Farias. **Natureza, cultura e turismo no cariri paraibano.** In: SEABRA, Giovanni de Farias. MENDONÇA, Ivo Thadeu Lira (Orgs.). **Turismo Sertanejo: Natureza e Cultura no Turismo de Base Local.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

SILVA, Edson Vicente da. **Turismo e comunidades tradicionais no Nordeste e Amazônia: em busca do desenvolvimento local.** In: SEABRA, Giovanni de Farias. MENDONÇA, Ivo Thadeu Lira (Orgs.). **Turismo Sertanejo: Natureza e Cultura no Turismo de Base Local.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani da. **Planejamento territorial e dinâmica local: bases para o turismo sustentável.** In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). **Turismo: desenvolvimento local.** São Paulo, Hucitec. 1997.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local.** In RODRIGUES, A.A. B. **Turismo e desenvolvimento local.** São Paulo: Hucitec, 1997.

SPANGENBERG, J.H.; BONNIOT, O. **Sustainability indicators: a compass on the road towards sustainability.** Wuppertal: Wuppertal Institute, 1998. (Wuppertal Paper, N° 81).